



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

**CERTIFICADO REV- LO N° 019/2016**



## L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no uso de suas atribuições, conforme art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972 de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas específicas, revalida a Licença de Operação da empresa UDI AMBIENTAL LTDA, CNPJ 09.511.548/0001-70, para a atividade TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS - CLASSE I, localizada na Rua Jose Rodrigues 125, Distrito Industrial, [COORDENADAS DE LATY 18° 53' 03"S E DE LONGX: 48° 18' 30"O] no (s) Município (s) de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de N° 14844/2008/006/2016.

☐ Sem condicionantes

☒ Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)

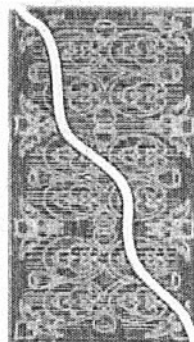
(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/96 e 023/97)

O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DOS ANEXOS I E II.

ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

**Validade da Licença Ambiental: 06 (Seis Anos), com vencimento em 14/03/2022.**

Uberlândia, 17 de Março de 2016.



**FRANCO CRISTIANO DA SILVA OLIVEIRA ALVES**

Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



## ANEXO I

### Condicionantes para Revalidação da Licença de Operação (REVLO) do(a)

**Empreendedor:** UDI AMBIENTAL LTDA

**Empreendimento:** UDI AMBIENTAL LTDA

**CNPJ:** 09.511.548/0001-70

**Municípios:** UBERLÂNDIA

**Atividade(s):** TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS – CLASSE 1

**Código(s) DN 74/04:** F-02-01-1

**Processo:** 14844/2008/006/2016

**Validade:** 06 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença de Operação
02	Apresentar previamente a SUPRAMTMAP a inclusão de novas rotas de transporte rodoviário, tipo resíduo/produto, geradores, receptores e condutores dos veículos.	15 dias antes da realização do transporte

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir do recebimento do Certificado da Licença.

Obs. 1 - Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.

Obs. 2 – A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação (REVLO) do(a)

**Empreendedor:** UDI AMBIENTAL LTDA

**Empreendimento:** UDI AMBIENTAL LTDA

**CNPJ:** 09.511.548/0001-70

**Municípios:** UBERLÂNDIA

**Atividade(s):** TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE RESÍDUOS PERIGOSOS – CLASSE 1

**Código(s) DN 74/04:** F-02-01-1

**Processo:** 14844/2008/006/2016

**Validade:** 06 anos

**Referencia:** Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação

#### 1- Enviar anualmente a SUPRAM TMAP, após concessão da RevLO, relatório contendo:

1.1- Relação atualizada dos condutores e veículos do quadro da empresa no período, bem como cópia dos respectivos Certificados de Curso Especializado para Transporte de Resíduos Perigosos;

1.2- Relação das viagens efetuadas no período, indicando, no mínimo, os dados contidos abaixo:

Listagem de todos os resíduos transportados, a razão social, o endereço completo da produtora e da consumidora, as quantidades transportadas, datas de transporte e rotas utilizadas, com os pontos de apoio e pernoite, veículos, motoristas.

Relato da avaliação sobre medidas implantadas visando à melhoria contínua do desempenho ambiental global da atividade, tais como:

Cursos de atualização de motoristas sobre transporte de produtos ou resíduos perigosos;

Programas de inspeção dos veículos visando ao atendimento das exigências do INMETRO;

Programas para controle e redução da emissão veicular de gases poluentes para a atmosfera;

Sistemas de gestão pela qualidade de serviços ou de gestão ambiental;

1.3- Identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pela empresa transportadora.



## 2- Ocorrência de Acidentes

A transportadora deverá comunicar imediatamente à **FEAM/NEA – Núcleo de Emergência Ambiental**, por meio dos telefones **(31) 9822-3947 (31)9825-3947 (31)9819-2947**, a ocorrência de qualquer acidente envolvendo veículo da empresa em Minas Gerais, com efeitos sobre o meio ambiente, bem como protocolar um relatório sucinto na SUPRAM TMAP. No prazo máximo de **07** (sete) dias após o acidente, a transportadora deverá apresentar à FEAM um relatório completo sobre o evento, incluindo:

- levantamento das causas;
- tempo de atendimento ao acidente;
- descrição da área atingida e extensão do dano ambiental;
- órgãos e entidades acionados;
- providências tomadas;
- medidas de recuperação da área atingida; e
- destino final dos resíduos gerados.

## 3- Efluentes Atmosféricos

Monitoramento ANUAL da frota de caminhões, conforme Portaria IBAMA nº 85/96, a qual estabelece o Programa Interno de auto de fiscalização da correta manutenção de frota de veículos movidos a diesel quanto à emissão de fumaça preta.

### IMPORTANTE

• Os *parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento* poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-TMAP, face ao desempenho apresentado;

• A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*